

SEGURANÇA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA

- *Os custos associados à falta de segurança pública atuam como um imposto em cadeia, que incide em todas as etapas da cadeia produtiva, reduzindo a competitividade da indústria brasileira.*
- *O aumento nos crimes contra o patrimônio e nos homicídios tem aumentado o custo da falta de segurança no Brasil e contribuído para a redução do investimento produtivo.*
- *Para melhorar a segurança, o governo federal deve agir como indutor de boas políticas de segurança nos estados e municípios por meio da coordenação entre os órgãos que atuam na segurança nos entes federativos, do financiamento e avaliação de projetos e da capacitação de pessoal.*

A falta de segurança gera perda de competitividade para o Brasil. Com o aumento da criminalidade, verifica-se aumento nos custos das empresas com proteção do patrimônio, seguros e fretes, menor produtividade dos trabalhadores, restrições à mobilidade e aumento da aversão ao risco para empreender.

Os custos da falta de segurança para o país representam 5,5% do PIB ou 365 bilhões de reais por ano, quando contabilizadas as perdas de vida humana, os custos com seguros e segurança privada, e os custos com o sistema prisional e com a segurança pública.

A situação da segurança pública no Brasil é ruim e vem piorando nos últimos anos. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou de 26,6 para 30,3 (aumento de 14%) entre 2006 e 2016.

Os crimes contra o patrimônio também refletem a deterioração. A taxa de roubos de carga por 100 mil habitantes passou de 10,1 para 13,2 entre 2007 e 2016 – aumento de 31%. No mesmo período, a taxa de roubo a instituições financeiras aumentou 47%, de 1,5 para 2,2 a cada 100 instituições.

A piora na situação da segurança pública dá-se apesar do aumento da população prisional de 297 mil para 726 mil entre 2005 e 2016, o equivalente

a uma variação na taxa de presos por 100 mil habitantes de 160,4 para 352,4 (120%) no período.

A deterioração ocorre mesmo com o aumento de 27,5%, entre 2007 e 2016, nos gastos reais realizados por União, estados e municípios em segurança pública, ou seja, desconsiderando os efeitos da inflação. **O Estado gasta com segurança pública em torno de 1,3% do PIB, percentual próximo à média dos países da OCDE,** que despendem cerca de 1,6% do PIB com as atividades ordem pública e segurança.

Há um grave problema de governança entre os múltiplos órgãos que atuam no setor, nos diversos entes federativos, com baixo nível de coordenação e cooperação.

A experiência internacional mostra que as práticas mais efetivas de política de segurança pública são baseadas na ação dos atores locais. O papel do governo central se dá na coordenação e alinhamento das políticas de segurança, na indução, na avaliação e no cofinanciamento.

Há outras atividades de responsabilidade do governo federal, mas dada sua relevância, **as propostas aqui apresentadas focam na governança e na estrutura para que as ações das autoridades locais sejam mais eficientes e eficazes.**

CUSTO DA FALTA DE SEGURANÇA NO BRASIL

Componente	Ano de Cálculo	% do PIB	Bilhões de R\$ (PIB 2017)
Custos privados (I)		4,0%	264
Custos Intangíveis com Homicídios	2012	2,3%	152
Gastos com Segurança Privada e Seguros	2015	1,7%	112
Despesas Públicas (II)		1,5%	101
Segurança Pública	2016	1,3%	86
Sistema Prisional	2013	0,2%	15
Custo da falta de segurança no Brasil (I+II)		5,5%	365

Fonte: Elaboração própria.

Principais recomendações

1 Implementar um plano nacional de segurança pública. O plano deve contemplar ações focalizadas nos municípios com maior incidência de homicídios, atuação de gangues, tráfico e consumo de drogas ilícitas, violência patrimonial e violência interpessoal.

2 Estimular os estados a aproveitar as boas práticas. Os Estados apresentam resultados diferenciados em suas ações de segurança pública. Aproveitar as experiências bem-sucedidas é um dos caminhos mais seguros e rápidos para a obtenção de resultados positivos.

3 Garantir a efetividade do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio do estabelecimento do sistema de financiamento e do papel de cada ente federativo, do Ministério Público e do Poder Judiciário, na segurança pública.

4 Reestruturar o Ministério da Segurança Pública, transformando-o em órgão permanente, e ampliando seu escopo de atuação para abarcar atividades de melhoria da gestão das polícias e da

perícia, melhoria da gestão penitenciária, articulação da defesa civil, e coordenação de políticas de prevenção da violência.

5 Reestruturar o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), garantindo previsibilidade no aporte e na liberação de recursos e exigindo-se de estados e municípios condicionalidades e contrapartidas para recebimento dos recursos.

6 Criar um demonstrativo de gasto anual em segurança pública, unificado entre União, estados e municípios, com padronização dos critérios classificatórios das despesas em segurança pública.

7 Criar o Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (Inesp), com o objetivo de organizar e manter os dados de segurança pública, apoiar a avaliação de políticas de segurança, recomendar políticas de segurança com base em evidências, e coordenar a avaliação da formação de profissionais de segurança.

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA